



Agronet - 21/12/02 01:10:00 - Fábila de Mello Pereira
Maria Teresa do Rego Lopes

Que o Piauí é um dos estados mais pobres do Brasil, não é segredo para ninguém; também não é segredo que a agricultura, a pecuária e o desenvolvimento rural são pontos importantes a serem trabalhados em um programa de combate à fome no Brasil. Entre as diversas áreas que podem ser abordadas e priorizadas em um programa com esse objetivo, a apicultura deve ganhar um destaque, especialmente doce, dos governantes do Estado.

O próprio desenvolvimento da atividade nos últimos anos justifica uma atenção especial. Estima-se que aproximadamente 15.000 piauienses estejam envolvidos direta ou indiretamente na apicultura, sendo que a maioria garante seu sustento com a agricultura familiar. A quantidade de apicultores no Estado vem crescendo anualmente desde 1975, quando chegaram os primeiros produtores provenientes de São Paulo. Dados de pesquisa da Embrapa demonstram que entre os anos de 1984 e 2000 a atividade cresceu, em média, 9% ao ano; ou seja, a cada ano, cerca de 700 pessoas iniciaram na apicultura. Este crescimento pode ser atribuído, não só ao emprego da mão-de-obra familiar e geração de renda que a apicultura proporciona, mas, principalmente, por ser uma atividade que adapta-se muito bem às condições adversas do sertão nordestino.

Assim, a apicultura vem auxiliando a fixação do homem no campo em regiões onde outras práticas agropecuárias são desfavorecidas e o êxodo rural torna-se um grande problema. Este fato fica comprovado quando se observa que cerca de 78% da produção de mel do Piauí é oriunda das microrregiões mais áridas e carentes do Estado. E essa produção não é pequena, visto que, segundo dados da FEAPI (Federação de Entidades Apícolas do Piauí), em 2001, o Piauí foi o quarto maior produtor de mel do Brasil, com 3.580 toneladas, podendo gerar, caso seja comercializado somente no país, R\$ 5.012.000,00 para o Estado (valor de R\$ 1,40 por quilo). Entretanto, durante o ano de 2002, alguns apicultores iniciaram a exportação de mel, garantindo um preço superior ao praticado até então.

Além do auxílio da mão-de-obra familiar, já mencionado anteriormente, para o processo produtivo alguns apicultores utilizam, também, a troca de serviço com outros produtores e, durante os períodos de acúmulo de atividades - como o período de colheita de mel ou de migração de colmeias - podem utilizar mão-de-obra contratada. Por se tratar de um trabalho pesado e desgastante o valor da diária apícola em algumas regiões pode ser até duas vezes superior ao valor das diárias em outras atividades agropecuárias. Algumas dessas diárias são contratadas no período da estiagem, quando há uma escassez de serviço no campo, auxiliando a manutenção e sustento das famílias em um período crítico do ano.

Entretanto, a importância da atividade apícola no contexto da agricultura familiar não está apenas no incremento da renda, mas também pela melhoria do nível nutricional de sua família em virtude do consumo de produtos apícolas. Nesse ponto, um aspecto que deve ser considerado é a necessidade de conscientização dos agricultores familiares para a utilização desses produtos como alimento e não só como medicamento, comportamento já observado entre produtores e entre grande parte dos consumidores nordestinos. Nesse sentido, algumas associações de apicultores já vêm lutando pela inclusão do mel na merenda escolar.

Outro ponto positivo é que, diferente de outras atividades agropecuárias que contribuem para a degradação do meio ambiente, a apicultura necessita de um ambiente preservado para alcançar bons resultados, principalmente em estados como o Piauí, onde o mel é produzido a partir da flora nativa, que é abundante e diversificada. Esta característica, além de conferir à região grande potencial para a produção do mel orgânico, estimula os apicultores à preservação e aumento dos recursos naturais disponíveis.

Cabe, portanto, ao novo governo desenvolver políticas públicas que ampliem e incentivem a apicultura no Piauí, implementando ações que envolvam a participação dos órgãos da esfera federal concomitante às entidades locais estaduais e municipais, ensejando o desenvolvimento integrado em várias frentes:

- Desenvolvimento social - fixação do homem no campo, emprego da mão-de-obra familiar e melhoria da sua alimentação;
- Desenvolvimento econômico - geração de renda, reduzindo a dependência da agricultura de subsistência; ativação do comércio local e dos produtos direta ou indiretamente relacionados à atividade apícola, além da ampliação da base de exportação para a economia do Estado;

- Desenvolvimento ambiental - preservação da flora nativa, garantindo, também, a preservação de espécies animais dependentes desta flora;
- Desenvolvimento humano - propiciando ao produtor rural e sua família a oportunidade de maior participação social, dignidade e qualidade de vida.

Fábia de Mello Pereira
Pesquisadora Embrapa Meio-Norte.
Teresina – Pl. Caixa Postal 01. CEP 64.006-220
E-mail: fabia@cpamn.embrapa.br

Maria Teresa do Rego Lopes
Pesquisadora Embrapa Meio-Norte.
E-mail: mteresa@cpamn.embrapa.br

[Voltar](#)